

A. I. N° - 206922.0007/03-7
AUTUADO - SARAVULGA FELIX DE SOUZA
AUTUANTE - MARCOS LOPEZ COSTA SANTOS
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 03. 02. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N°0011-04/04

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 26/09/03, reclama imposto no valor de R\$1.450,00, decorrente da falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares, na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA).

O autuado, à fl. 14, impugnou o lançamento tributário, inicialmente esclarecendo que foi autuado quando do procedimento relativo ao processo de baixa e desconhece a obrigação de recolher o imposto reclamado, uma vez que o recolhimento ocorria através da conta de energia, em relação ao meses de agosto, novembro e dezembro de 2002.

Quanto aos meses de janeiro e fevereiro de 2003, diz que não recolheu pois a empresa não pretendia mais funcionar.

Argumenta que, em seu entendimento, caso fosse cobrado algum imposto relativo ao ICMS esse deveria ser cobrado sobre o estoque.

Alega que a cobrança do imposto no valor de R\$ 290,00 é indevida, pois, pelo faturamento, o seu recolhimento deveria ser de R\$ 210,00, tendo direito a crédito de R\$ 1.120,00, correspondente a diferença de R\$ 80,00 durante 14 meses.

Ao finalizar, apela para o bom senso da Administração Tributária no sentido de realizar a baixa da sua inscrição estadual.

O autuante, à fl. 18, assevera que, em relação aos meses de agosto, novembro e dezembro de 2002, conforme relação de DAE's de 2002 e 2003, que foi anexada, fl. 19, não consta os pagamentos dos referidos débitos nem o autuado comprovou o recolhimento, durante a ação fiscal ou em sua defesa.

Assevera que a empresa ainda teve movimento em 2003, conforme relatório do CFAMT, fl. 21, motivo pelo qual exigiu o imposto referente aos meses de janeiro e fevereiro.

O autuado foi chamado a se manifestar, fls. 27 e 28, em relação aos novos documentos anexados pela autuante, porém não o fez.

VOTO

Analisando os elementos que instruem o PAF, constata-se que o auditor apurou a falta do recolhimento do imposto, nos prazos regulamentares, na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA).

Em sua informação fiscal o auditor autuante não acatou os argumentos defensivos, tendo acostado ao PAF, fl. 19 a 23, extratos do INC para comprovar a falta dos recolhimentos e o funcionamento da empresa durante o exercício de 2003.

O autuado foi chamado a se manifestar, fls. 27 e 28, porém silenciou. Assim, entendo que ocorreu o reconhecimento tácito por parte do contribuinte dos valores exigidos na ação Fiscal.

Ademais, analisando o extrato do sistema INC- Informações do Contribuinte - Relação de DAE's – Anos 2002 e 2003, fls. 19 e 20, constatei que os valores, objeto da presente lide, não foram recolhidos. Quanto ao exercício de 2003, o relatório do sistema CFAMT comprova que houve aquisições de mercadorias por parte do autuado.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206922.0007/03-7**, lavrado contra **SARAVULGA FELIX DE SOUZA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.450,00**, acrescido da multa de 50%, previstas no art. 42, I, “b”, item 3, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de janeiro de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR